

Seminário FESPSP “Cidades conectadas: os desafios na era das redes”

17 a 20 de outubro de 2016

GT 02 – Antropologia Urbana

“Espaços urbanos em construção: o lugar do humano e do animal”

Sarah Faria Moreno – UFSCar¹

Thalles Vichiato Breda – UFSCar²

Resumo

Neste trabalho tratamos de dois entendimentos dos espaços urbanos e direito à habitação por humanos e não humanos. Apresentamos um levantamento bibliográfico sobre a construção e modernização das cidades brasileiras e europeias a partir do século XIX nas áreas de sociologia, arquitetura e urbanismo e antropologia, a fim de comparar as tensões entre dois tipos ideais acerca da cidade: (1) esta enquanto reformista e higienista, e; (2) enquanto um espaço ambíguo. Tratamos das relações entre humanos e não humanos em contextos urbanos, pois dialogam diretamente com essa tensão. Pode-se concluir que a sociologia urbana busca se distanciar da sociologia rural e tratar dos desafios urbanos tais como a pobreza, trabalho, moradia, população; as análises dos arquitetos e urbanistas preocupam-se com a modernização e funcionalidade das cidades para o homem moderno, e; na antropologia, o entendimento da cidade é o de um espaço composto por uma diversidade de seres que os habitam e constroem.

Palavras-chave: cidades; sociologia; arquitetura e urbanismo; antropologia.

Apresentação

Em um esforço de pensar como diferentes áreas do conhecimento concebem e se apropriam do conceito e uso da cidade, propomos neste artigo um levantamento bibliográfico de três áreas: sociologia, arquitetura e urbanismo, e antropologia. Percebemos que existe uma tensão entre sujeitos humanos e não humanos, os quais disputam o espaço urbano tanto em contextos brasileiros quanto globais. Essa tensão perpassa por todas as três áreas a partir de um ideal do que vem a ser a cidade, o qual sugere a mesma enquanto um espaço de limpeza e desenvolvimento, sendo marcado pelas reformas higienistas datadas da transição

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS – UFSCar). E-mail: sarah.fmoreno@gmail.com

² Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS – UFSCar). E-mail: thallesvbreda@gmail.com

entre os séculos XIX e XX que asseguravam este caráter cidadão (LEME, 1999; FARAGE, 2011) e que serão aqui discutidos, de maneira geral, pelas três áreas. Assim, sendo um espaço de limpeza e desenvolvimento, os sujeitos que não se enquadravam neste ideal deviam ser retirados e postos à margem da cidade, conforme pontuaremos ao longo do debate. Recentemente este ideal passa a ser repensado – sobretudo pela antropologia, a partir de autores que estudam as relações entre humanos e não humanos, como Eduardo Kohn, Donna Haraway e Bruno Latour – ao compreender que a cidade possa ser um espaço de confluência entre sujeitos humanos e não humanos, o que a faz perder este caráter de exclusividade humana e sugerir o que definimos como um segundo tipo ideal das cidades enquanto um local de habitação e interações para além da humana. Apesar de este ser um debate recente, Lévi-Strauss (1957) já nos dava pistas dessa possibilidade de a cidade abranger tal confluência. Nesse sentido, olhamos para as relações entre humanos e não humanos no espaço urbano, especialmente no que concerne aos animais, uma vez que dizem muito a respeito do processo de modernização das cidades e das negociações e direitos deste espaço. É importante que expliquemos que entendemos por não humanos animais, plantas, fungos, minerais, objetos, todos agentes que se diferenciam da categoria humano, mas que, a partir da Teoria do Ator-Rede (ANT)³ de Latour (2012), são tidos como seres dotados de agência ou agentividade.

Expomos o debate, então, em três seções para melhor compreender a perspectiva de cada área. Apresentamos, primeiramente, a perspectiva sociológica, traçando todo o histórico do que se convencionou chamar de sociologia urbana, e como esta foi se consolidando e definindo seu campo. Na seção seguinte, tratamos da perspectiva da arquitetura e urbanismo, a qual nos auxilia a entender a história das cidades e como se deu sua modernização. Por fim, apresentamos a perspectiva antropológica, principalmente no que diz respeito às relações entre humanos e não humanos, uma vez que estes se viram em disputa pelo espaço urbano desde sua construção e modernização.

Históricos sociológicos: a consolidação da sociologia urbana

A cidade ocidental moderna tem sido pensada no âmbito da Sociologia sob diversas matrizes teóricas. A área da Sociologia que se dedica aos estudos da

³ Optou-se por manter a sigla no original em inglês (Actor-Network Theory), uma vez que ANT nos remete à sua tradução do inglês, formiga, a qual Bruno Latour faz diversas associações.

cidade é chamada de Sociologia Urbana. Algumas propostas desta linha é compreender o comportamento dos indivíduos e as populações urbanas, a relação entre populações, a formação de grupos sociais, movimentos, instituições, organizações e a própria configuração da cidade como sistema social (MEIA, 1999).

Dentro da Sociologia Urbana, existem algumas linhas de estudo, que de modo genérico, podem ser apresentadas em três distintas características – a territorial, a não-territorial e a normativa. Apresentamo-las brevemente.

A Sociologia Urbana de caráter **territorial** tem parte de sua origem na sociologia rural e se preocupa com as dimensões e posições das comunidades e territórios. Além disso, também tem uma preocupação com os aspectos socioculturais, estilo de vida e organização social. Outro ramo, que vale destacar, ligado ao caráter territorial é a sociologia da habitação, que se preocupa com a relação dos indivíduos e sua residência, bem como com as estruturas físicas da cidade, bairro, região. Também há, na linha territorial, áreas que se dedicam a pesquisar o ambiente, a migração, o turismo, etc. (Ibid.).

As linhas de caráter **não-territorial** se preocupam, de modo geral, com a distribuição dos grupos sociais e suas atividades no espaço urbano. Essa área tem uma aproximação com a antropologia cultural ou urbana, que se preocupa em analisar comportamentos, rituais, interpretar estruturas relacionais de rede, mas que ainda não se preocupa com sujeitos não humanos – que serão estudados inicialmente pela etnologia. Também dentro da perspectiva não-territorial, podemos identificar estudos da área de economia – economia urbana e a economia do espaço – que se preocupam com as atividades industriais e de serviço do espaço urbano. Vale citar também a linha da historiografia, que analisa a história urbana e, recentemente, uma linha da psicologia social que busca compreender o indivíduo e o ambiente construído (Ibid.).

A última linha de estudo – **normativa** –, busca captar o contexto social e as políticas, as técnicas e instrumentos para a resolução de determinados problemas da cidade, seus processos e desenvolvimentos. Podemos identificar, ao menos, três grandes áreas – teoria e técnica no campo da economia, política e administração; orientação de projeto, a matriz cultural de engenharia e do urbanismo, infraestrutura urbana; qualidade do ambiente urbano e a sua influência na qualidade de vida e saúde do indivíduo (Ibid.).

De maneira geral, o campo da Sociologia Urbana é muito vasto e continua a se expandir. Este campo é marcado por relações interdisciplinares. Meia (1999) aponta que não há uma estrutura científica unitária na história da Sociologia Urbana onde possamos ver uma acumulação progressiva de análises empíricas que convirjam para um único corpo. Pelo contrário, ela apresenta-se como um agregado heterógeno de conceitos e resultado de pesquisas, pensando questões e problemas de diferentes formas, em momentos e contextos distintos. Entretanto, podemos analisar a Sociologia Urbana por duas tradições que se convencionou chamar de **americana** e **européia** (Ibid.).

A tradição americana é partilhada com alguns sociólogos ingleses e com outros países anglófonos, sendo considerada a principal corrente da Sociologia Urbana. Tem forte influência da Escola de Chicago, que propõe uma abordagem baseada na aplicação ao estudo da cidade por meio de uma abordagem ecológica. O principal elemento desta corrente é o interesse de estudo da articulação social do espaço urbano e suas transformações no tempo. Tais estudos são marcados pelo empirismo e por realizações de pesquisa de campo e observação de rotina. Além desta abordagem, há outras a respeito dos aspectos culturais sobre a vida urbana e a abordagem crítica, privilegiando as estruturas econômicas, as desigualdades sociais e conflitos políticos (Ibid.).

Já a tradição europeia, ou da Europa continental, tem influências mais específicas da sociologia francesa, alemã e italiana. Suas origens são mais longínquas, datando o debate oitocentista. A marca desta tradição é seu debate em torno da modernidade e industrialização, surgindo no momento de transição entre a sociedade tradicional e a sociedade moderna; da comunidade rural para a urbana. Embora seja marcada pela heterogeneidade, é possível traçar uma linha de interpretação onde se predomina o entendimento da cidade como um lugar que se apresentam, em sua forma mais pura, as características sociais e culturais, consideradas típicas da modernidade. Mesmo depois, no século XX, essa linha da sociologia continua pensando a cidade a partir de reflexões filosóficas, como do historicismo ao marxismo e do estruturalismo à fenomenologia. É importante ressaltar que a sociologia urbana europeia apresenta uma diversidade muito rica devido aos contextos nacionais diversificados, desde a cultura, até a política e a língua (Ibid.).

Relatado um panorama geral da Sociologia Urbana e suas duas tradições – americana e europeia –, buscamos seguir traçando uma linha a respeito da maneira em que a Sociologia, de maneira geral, compreende as cidades, desde os clássicos, passando pela Escola de Chicago, até o contexto brasileiro, de modo a buscar elementos que nos ajude a compreender o problema posto neste artigo em comparação com os focos dados pelas outras duas áreas, no que se assemelham e diferem.

Dentro da abordagem crítica e do conflito, Marx e Engels compreenderam a cidade ocidental e moderna como o local de produção e reprodução do capital, originada na sociedade capitalista. A reflexão destes autores é pautada na cidade industrial moderna do século XIX, onde seria o palco da luta de classes. A cidade, portanto, é o espaço onde se observa e desenvolve a exploração à qual os trabalhadores estão submetidos e onde, portanto, teria as condições para se desenvolver a revolução. A cidade, para os autores, tem concretude histórica (SANT'ANNA, 2003).

Especificamente, Engels (1985) se preocupou em compreender e denunciar a miséria e a degradação da classe operária, ideias que seriam retomadas também por Marx. Neste estudo específico de Engels em Manchester, ele buscou demonstrar a relação da moradia com as famílias operárias e as condições de habitação. Engels fez um esforço para documentar as condições urbanas e de vida desta população.

Por outro viés, Weber concebe a cidade como um *tipo-ideal*, abrindo outro campo teórico. A análise weberiana sobre a cidade é muito ampla, onde ele busca explicar a origem do capitalismo e o seu desenvolvimento na modernidade, além de sua racionalidade que atravessa todas as esferas. Weber queria compreender qual papel a cidade havia desempenhado nestes processos emergentes. Para o autor, a principal característica para ser considerada cidade era apresentar-se como mercado e possuir corpo político. Portanto, os estudos weberianos da cidade, encontrados em “*The city*” e posteriormente em “*Economia e Sociedade*”, tratam-se de uma pesquisa de cunho político econômico, visando primordialmente compreender o papel da cidade para o desenvolvimento do capitalismo (SANT'ANNA, 2003; MEIA, 1999).

O ponto em comum da análise weberiana e marxista é que a cidade é concebida como uma totalidade, sendo um objeto legítimo de análise, concebendo-a como uma categoria histórica, expressão de uma realidade maior, não sendo passível atribuir-lhe uma variável explicativa (SANT'ANNA, 2003).

Ainda nos clássicos, Durkheim se interessa pela cidade de forma indireta, pois sua atenção está voltada para a morfologia social. Tomando apenas como referência, o autor utiliza-se em sua análise da sociedade a disposição, em determinados territórios, de uma massa de população de certa densidade e volume, concentradas ou dispersas. A cidade na leitura de Durkheim serve de substrato da vida social, acumulando e concentrando parcela da população (Ibid.).

O pensamento dos autores clássicos das Ciências Sociais é marcado pelo alto grau de abstração e generalidades, opondo-se largamente às abordagens empiristas que viriam a marcar a Escola de Chicago, no século XX.

É preciso ressaltar a importância de um dos maiores expoentes da Sociologia Urbana, o alemão Georg Simmel. Em seu texto *A Metrópoles e a Vida do Espírito* (2005) o autor discute a autonomia do indivíduo perante a sociedade, utilizando de uma abordagem que tende à psicologia. O autor destaca o comportamento do indivíduo nas metrópoles comparando com as cidades menores, mostrando os conflitos entre a individualidade e liberdade. Dentro da sociologia oitocentista, o autor explora bastante a diferença entre as comunidades menores e as urbanas, na chave dicotômica.

Já no século XX, em 1920 especificamente, desenvolve-se a Escola de Chicago e a Ecologia urbana. A Sociologia Urbana, propriamente dita, nasce ao mesmo tempo, uma vez que a Escola de Chicago inaugura a cidade enquanto objeto privilegiado de investigação. Essa Escola é marcada pela abordagem empírica e, na busca por soluções concretas para uma cidade caótica, marcada pelo intenso processo de urbanização e industrialização, na virada do século. O departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago se torna referência de Sociologia até 1940, quando há uma virada teórica na Sociologia americana e uma reorientação para a pesquisa quantitativa (BECKER, 1996; COULON, 1995).

A Escola de Chicago é marcada por duas vertentes, a ecológica e a culturalista, orientadas por Robert E. Park e seu conceito de ecologia humana. A cidade, para ele, é concebida como uma entidade físico-territorial empiricamente

constituída e delimitada no espaço por critérios geográficos, demográficos, numéricos e político-administrativo. Para Park, no interior da comunidade urbana havia um sistema de forças que tendiam a produzir um agrupamento ordenado e característico de sua população. A abordagem da ecologia sofreu muitas críticas por tratar a cidade isoladamente, marcando estudos que visavam estudar o urbano *per se*, buscando compreender a cidade como a própria variável explicativa. Abordagem muito criticada, entretanto, foi a partir disto que pôde se desenvolver estudos mais sistemáticos e formar um arcabouço teórico sólido (SANT'ANNA, 2003).

Dentro da linha de Chicago, a culturalista, podemos destacar Wirth, que explorou a cultura urbana, expressa como modo de vida que transcendia os limites territoriais, trazendo aqui uma ideia inovadora que apresenta a cidade como importante, mas que não se prende apenas nos limites físicos, mas sim propaga o estilo de vida urbano. Desbancando algumas correntes internas da Escola de Chicago que se prendiam à importância da delimitação, ele destaca a capacidade de a cidade moldar o caráter da vida social à forma especificamente urbana (Ibid.).

A Escola de Chicago será marcada também por estudos sobre criminalidade, delinquência juvenil, crime organizado, formação de gangues, além de seu método inovador de utilização científica de documentos pessoais, trabalho de campo sistemático, exploração de diversas fontes documentais e o empirismo. Foi influenciado pelo interacionismo simbólico, que marcaria os estudos de H. Becker e Goffman, herdeiros da Escola de Chicago (BECKER, 1996).

A escola de Chicago perde sua forte influência após a Segunda Grande Guerra; nas décadas seguintes, temos a sociologia francesa como uma das expoentes da Sociologia Urbana.

A discussão da cidade pela ótica francesa ganha força no final da década de 1960, principalmente pela crítica à Escola de Chicago, marcando uma ruptura teórica na Sociologia Urbana. Para os sociólogos franceses, e também W. Mills e F. Hunter (americanos), a cidade deve ser compreendida com um espaço socialmente produzido, que assume diferentes configurações de acordo com os diferentes modelos de organização socioeconômica e política. Ganha relevância o debate entre produção, consumo, troca e poder no ambiente urbano (SANT'ANNA, 2003).

De inspiração marxista, alguns teóricos franceses – Castells, Lojkine, Ledrut, Lefèbvre – propõem outros marcos para se pensar a cidade, opondo-se à Chicago.

A cidade passa a ser pensada pela interação, isto é, a cidade não é um espaço *per se*, ele é determinado pela reprodução, ele é socialmente determinado, as novas questões investigativas se desdobram nos movimentos sociais, meios de consumo coletivo, a estruturação social do território na sociedade capitalista e o papel do Estado na urbanização (GONÇALVES, 1989).

Essa linha teórica francesa será marcada pela pesquisa sobre o desenvolvimento urbano sob o capitalismo, no quadro de capitalismo monopolista de Estado. Destaque para a contribuição de Lojkine, que discute a questão do Estado no capitalismo avançado, analisando o papel do Estado na urbanização capitalista, a relação da política urbana e suas dimensões na luta de classes e nos movimentos sociais urbanos (Ibid.).

Já para Lefebvre, o urbano não é apenas as transformações dadas pelo capitalismo – o espaço como mercadoria –, ele é também uma arena potencial para o cotidiano vivido, como jogo, como festa (SANT'ANNA, 2003).

Em geral, o pensamento francês exposto, relativo à cidade, incorpora a noção de processo social econômico e político e se subordina à análise do urbano às determinações do capitalismo e suas ramificações (Ibid.).

Posto em perspectiva o desenvolvimento da Sociologia Urbana ou a respeito de como a sociologia olha para a cidade, desde os clássicos das Ciências Sociais até as correntes mais contemporâneas da Sociologia, atentamo-nos agora, brevemente, ao contexto brasileiro.

Assim como a questão da cidade se desenvolve na França em meados da década de 1960, no Brasil, e na América Latina afora, também aconteceu o mesmo, entretanto o foco dos estudos é relativo à urbanização e desenvolvimento em “países periféricos”.

Especificamente no Brasil houveram pequenos estudos isolados sobre comunidades urbanas, desde 1940. Entretanto, estudos mais sistemáticos começaram, de fato, na década de 1960. Neste momento, estudos referentes ao espaço de moradia dos pobres na cidade ganhavam maior destaque, especialmente, com o surgimento de favelas nas principais capitais a partir de 1960, consolidando, assim, o campo de estudos sobre o urbano. Essa evolução temática foi acompanhada pelos marcos teóricos específicos do pensamento sociológico latino americano nas décadas de 1960 e 1970, que se pautava no debate sobre a “teoria

da marginalidade”⁴. Contudo, os estudos sobre as periferias paulistanas marcam uma ruptura desse referencial, mobilizando a teoria da acumulação capitalista⁵, pensando as relações entre o Estado, habitação e condições de reprodução do trabalho, encarando as periferias como espaços urbanos socialmente homogêneos, abandonados pelo Estado, localizadas nas extremidades metropolitanas⁶ (TORRES et al., 2003).

Consolidando a favela e a periferia como objetos e campos de estudos urbanos, tais trabalhos pioneiros acabariam criando categorias de análises e conceitos a partir das reflexões sobre a pobreza urbana, a moradia popular e a produção do espaço urbano no Brasil. Estes estudos se pautaram em abordagens dualistas da cidade, tal como cidade/favela, centro/periferia, legal/ilegal, e foram incorporadas em diversos trabalhos que tratavam de processos sociais, culturais, de produção material e simbólica de tais fenômenos urbanos ao longo das décadas de 1960, 70 e 80 (ROSA, 2009; VALLADARES, 2000).

Neste momento, também a Sociologia Urbana brasileira se descola dos estudos voltados para o espaço rural e, no decênio seguinte, estabelece sua hegemonia sobre a análise das cidades, refletindo sobre desigualdades econômicas, políticas públicas, conflitos, movimentos sociais, violência, direitos e cidadania, entre outros que desembocam no espaço urbano como palco para estes acontecimentos sociais relativos à problemática sociológica contemporânea (KOWARICK, 2009; TORRES et al., 2003).

Os estudos mais recentes, que datam da década de 2000, reafirmam um crescimento periférico continuado e apontam para os limites da análise centro-periferia, ainda utilizada. Por meio destes estudos, o mapa da pobreza e das periferias urbanas que não se apresentam tão homogêneos como imaginado. As recentes formas de segregação urbana se mostram mais complexas do que o simples modelo polarizado; apresentam-se, atualmente, como cidades multicêntricas. Mesmo os lugares mais distantes do “centro tradicional”, atualmente estão incorporados no circuito de mercados ou contam com equipamentos de consumo, compondo novas centralidades e provocando mudanças significativas nas

⁴ Sobre estudo da contribuição e crítica da teoria da marginalidade social, ver Perlman (1997).

⁵ Como referencial desta ruptura, ver Oliveira (1972).

⁶ Para alguns breves balanços dessas interpretações, ver Rosa (2009, 2014); Kowarick, 2009.

dinâmicas urbanas e familiares (CABANES et al., 2011; ROSA, 2009, 2014; TELLES e CABANES, 2006; TELLES, 2010; KOWARICK, 2009).

O que constatamos até aqui é que o campo da sociologia tem estudado a cidade enquanto um espaço de tensões e segregações, mas restringindo-se no que se refere aos seres humanos, seja tratando da luta de classes e tensões nos âmbitos econômicos e sociais, ou para pensar nas relações entre indivíduo e sociedade, seja tratando de delimitar um conceito de urbano frente ao seu oposto, o rural, e desdobrando-se, em seguida, nos opostos centro e periferia, com a preocupação de refletir acerca das configurações da cidade, envolvendo questões amplas que permeiam a população humana. Pensar em relações que envolvem outros sujeitos não humanos nunca foi do interesse sociológico⁷. Veremos adiante que esta questão ganhou espaço dentro da antropologia, principalmente a partir dos estudos etnológicos, já que outras sociedades percebem os sujeitos de maneira diversa à nossa ocidental – é o caso do perspectivismo ameríndio de que trata Eduardo Viveiros de Castro (2002). No entanto, trazemos à discussão a teoria do ator-rede (ANT) de Bruno Latour (2012), o qual dialoga diretamente com a sociologia – e com uma sociologia mais tradicional a qual se refere enquanto uma sociologia do social. Latour foi um dos precursores dos dias atuais a pensar num mundo para além do humano, levando em conta a agência de atores humanos e não humanos, e está preocupado em redefinir alguns conceitos da área da sociologia que há muito já nos soa tão familiar e convencionalmente, como a própria noção de social. Todavia, ele não simplesmente traz novas propostas de se conceituar tal termo, mas passa a olhar para isso que se convencionou a chamar sociedade de uma forma a se pensar em coletivos, uma vez que deveríamos “reagregar o social”, isto é, estabelecer conexões entre agentes humanos e não humanos – já que, para autor, humanos, animais e objetos são dotados de agência. Parece, no entanto, que Bruno Latour foi mais bem aquinhoado por antropólogos que por sociólogos.

Veremos, agora, como a arquitetura e urbanismo tem pensado a cidade para, em seguida, adentrar ao campo da antropologia.

Desenvolvimento e modernização das cidades sob o olhar da Arquitetura e Urbanismo

⁷ Na sociologia, não humanos faz referência a outros sujeitos que não animais, plantas, objetos, etc., mas sim aos sujeitos pobres e pretos, por exemplo.

Embora o processo de urbanização brasileiro date de meados do século XIV, é apenas no século XIX que ele irá se desenvolver. No recorte deste artigo, focaremos na análise da arquitetura e urbanismo a partir da virada do século XIX, com a inauguração da era moderna na Europa, que irá refletir no Brasil. Alguns fatores que impulsionaram o desenvolvimento urbano brasileiro foram a Lei Aurea, de 1888, a Proclamação da República, em 1889 e, principalmente o início da industrialização no país, que tomara fôlego no século XX. Tais acontecimentos fizeram com que a população da cidade aumentasse, tanto pela migração campo-cidade quanto pela vinda de imigrantes europeus na virada do século. A cidade de São Paulo começava a se despontar como polo industrial e a cidade do Rio de Janeiro como polo político administrativo (CARDOSO, 2003).

Dentro da área de arquitetura e urbanismo brasileiro, Leme (1999), apresenta inicialmente o desenvolvimento do urbanismo no Brasil por meio de três divisões – 1885 a 1930; de 1930 a 1950 e de 1950 até 1964. Discutindo as gerações de urbanistas que se destacaram na atuação das cidades brasileiras foi possível compreender o que foi feito ou mesmo pretendido para as cidades brasileiras. É importante destacar que apenas uma parte destes projetos passou do terreno das ideias para a concretização efetiva, assim como os projetos da Europa. Posteriormente, continuamos a apresentação da década de 1970 até a virada do século, marcados pelas grandes metrópoles e pelas consequências da urbanização acelerada e industrializada no Brasil (RIBEIRO, SILVA, RODRIGUES, 2011).

Neste período estudado por Leme – do final do século XIX aos anos 60 – estavam se consolidando duas linhas do urbanismo – (1) uma com foco em planos de melhoramento que, posteriormente, se amplia para o conjunto da área urbana e na década de 70 englobam os planos diretores de desenvolvimento integrado, e; (2) uma segunda com origem no movimento modernista – a construção de Brasília é um reflexo disso. Ambas as linhagens estão presentes, de modo geral, na arquitetura e urbanismo do Brasil. Expomos agora as três fases do urbanismo brasileiro, segundo Leme.

O primeiro período, de 1895 a 1930, é marcado por propostas que visam melhorar partes da cidade, ou seja, plano de reforma para a cidade existente. Em algumas cidades, foi explorado o campo de construção de infraestrutura, como saneamento, abertura e regularização do sistema viário e elaboração de projetos

urbanísticos para áreas centrais. A questão do saneamento se torna fundamental devido às epidemias que alastravam em cidade mais populosas com habitações insalubres. Destaque aqui para Saturnino de Brito, Theodoro Sampaio, Lourenço Beata Neves. Saturnino atuou em mais de 20 cidades brasileiras, na virada do Século XIX para o XX, planejando sistemas de água e esgoto (LEME, 1999)

A questão da circulação é extremamente importante neste período. Buscava-se transformar as estruturas urbanas herdadas da era colonial, houve alargamento de ruas, tentando adequá-las aos novos meios de transporte, principalmente o bonde (Ibid.).

A influência no pensamento urbanístico brasileiro vem das grandes reformas das cidades europeias no século XIX. A virada para o século XX marca a corrente do modernismo e a formação do urbanismo enquanto disciplina, na Europa. A corrente moderna, que influenciará o urbanismo brasileiro, visava renunciar os modelos clássicos da arquitetura e busca uma funcionalidade alinhada à decoração. A Revolução Industrial foi um marco para a arquitetura e urbanismo, empurrando o urbanismo a pensar uma cidade enquanto cidade industrial, cujas estruturas serão determinadas pelas exigências de distribuição e circulação da comunidade que se dedicaria à função industrial. A sociedade se reorganiza em função da indústria. A ideologia modernista visava organizar essa cidade industrial que se apresentava enquanto degradada, divididas em blocos sujos e grandes, sem preocupação com ornamento e beleza. É preciso ter uma comunicação entre o indivíduo, a sociedade e a cidade (ARGAN, 1992).

Ainda no âmbito da Europa, é relevante destacar as reformas de Paris, impulsionada pelo Barão Haussmann e administrada por Napoleão III. Essa reforma foi pensada para dar funcionalidade urbana e ao tráfego, correspondendo aos interesses das classes dominantes. O modelo parisiense servirá de inspiração para as reformas urbanas realizadas após 1870 (ARGAN, 1992).

De modo geral, demonstra Argan (1992), os arquitetos modernistas se interessavam pela psicologia da cidade, principalmente a vertente alemã, expressa pelo racionalismo metodológico-didático, como nomeia o autor. É interessante notar como Simmel, em 1903, lança o texto *A metrópole e a vida do espírito* (2005), onde se debruça sobre questões psicológicas da vida do indivíduo na a cidade, trazendo preocupações paralelas à vertente do urbanismo alemão e europeu.

No contexto brasileiro, as reformas de caráter higienistas e seus códigos de Posturas marcaram a virada do século XIX para o XX, principalmente nos maiores centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Deu-se início ao processo de remoção das moradias e cortiços considerados insalubres, deslocando parte da parcela da população para as áreas mais distantes da cidade saneada. Processo com certas semelhanças com a reforma de Paris (LEME, 1999).

Destaque para a reforma e ampliação de portos em algumas cidades litorâneas, como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Niterói. Neste processo, houve uma remodelação de praças e avenidas, eliminando quadras históricas inteiras, visando, de certa maneira, esquecer o passado para adentrar na modernidade. Tais reformas e expansão das cidades foram marcadas pelo aterramento de áreas marítimas e também dos rios. Na questão dos projetos voltados para melhorar ou recuperar áreas centrais da cidade, houve um realinhamento do plano habitacional para um comercial e administrativo; como consequência, parte da classe alta migrou do centro, abrindo possibilidades para a proliferação do surgimento de cortiços nos casarões abandonados. Entretanto, agora, algumas cidades e áreas específicas não cresciam mais ao acaso, havia projetos realizados por engenheiros (LEME, 1999).

É importante reter, como discutido, que este período, no Brasil, a arquitetura e o urbanismo é marcado pela preparação das principais cidades brasileiras para a era industrial. A arquitetura e o urbanismo tiveram o papel de pensar a cidade industrial, como ocorreu anteriormente em alguns lugares da Europa, entretanto, no velho continente, as cidades pré-industriais eram mais marcantes, diferente do Brasil. No contexto norte americano, onde não havia a necessidade do descolamento da tradição arquitetônica, eles ostentavam o poderio técnico, científico e financeiro, construindo grandes arranha-céus, buscando estruturar a cidade a partir da alta concentração e urbanização, alinhando serviços e funções.

O segundo período, datado de 1930 a 1950, é marcado por uma elaboração de projetos que tinham como preocupação o conjunto da área urbana. Tais projetos se preocupavam com a articulação entre as áreas da cidade, os bairros e o centro, e a sua extensão através de vias e sistema de transporte. Surgem, neste período, os primeiros zoneamentos, órgão de planejamento urbano e estrutura administrativa pública relativa a nível municipal. O plano de saneamento, impulsionado por Brito, continua. Entretanto, os sistemas viários e as legislações

relativas ao controle e uso do solo serão apenas aplicados em algumas cidades brasileiras, a partir de 1930. A própria área de conhecimento e sua prática profissional – arquitetura e urbanismo – se fortalece como crescimento das áreas urbanas impulsionadas pela industrialização pós 30.

Em São Paulo, destaque para o Plano de Avenidas, elaborado por Prestes Maia, em 1930, que expressa a nova forma de planejar a cidade, propondo um sistema articulado de vias e radiais perimetrais, buscando integrar os bairros e a cidade. Esse momento é marcado pela expansão extensiva do automóvel individual, substituindo os transportes coletivos. Tal Plano servirá de inspiração para outras cidades (Ibid.).

Neste momento, o pensamento urbanístico é marcado por influência estrangeira. Destaco dois autores: Agache e Le Corbusier. Agache tinha um pensamento ambicioso e não apenas se continha nas ideias de intervenção na cidade. Ele propunha conceituar uma área científica que pensasse a cidade em confluência com a ciência e a arte, sobretudo, uma filosofia social. Entendia por urbanismo um conjunto de regras que seriam aplicadas ao melhoramento de edificações, na circulação, arruamento e no descongestionamento das principais vias públicas. Ele queria remodelar e embelezar a cidade, mas acima de tudo, por meio de estudos metódicos da geografia humana e física, planejaria a cidade pensando em três funções, análogas ao corpo humano: respirar, circular e digerir.

No mesmo período, Le Corbusier, forte crítico de Agache, busca concepções novas para o urbanismo, onde, como princípio, visa estabelecer as grandes circulações de automóveis na cidade e criar volumes consideráveis de habitação. Agache, por sua vez, pertence a uma escola que vem da tradição da sociologia aplicada, e busca intervir na cidade por meio de bases científicas realizando extensos levantamentos e projeções (Ibid.).

Ainda no contexto europeu, pós Primeira Guerra, tem início ao movimento funcionalista na arquitetura devido às grandes transformações ocasionadas pela Primeira Grande Guerra. Os planos utópicos são deixados de lado; a cidade, mais do que anteriormente, deve ser pensada como um organismo produtivo, que deve desenvolver a força de trabalho e se libertar de tudo que impede isso. A cidade agora não é a cidade-fábrica, ela se tornará definitivamente a cidade industrial. A escala técnica-científica vai tomar grandes proporções; a racionalidade, entendida

como dedução lógica, será a marca maior da época funcionalista. A crença na sistematização, padronização e progresso industrial, em todas as esferas, também se fará muito presente (ARGAN, 1992).

No contexto brasileiro podemos observar a partir de 1937, com o Estado Novo, que há radicais transformações na estrutura das cidades, principalmente no que se refere ao sistema viário. As experiências do Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, mostram que a cidade transformou a antiga e precária estrutura viária em uma estrutura de comunicação entre bairros e centro, permitindo a circulação de mercadorias e pessoas, preparando a cidade para a nova fase da industrialização, a partir de 1950 (LEME, 1999).

Esse período, portanto, é marcado e aprofundado pela cidade industrial e, somado a isso, a cidade começa a ser (re)desenhada para o automóvel individual ao invés dos transportes coletivos de massa. É neste período, 1930, – consideram diversos historiadores e estudiosos dos processos urbanos – que começa o aceleração do processo de urbanização brasileiro (VILLAÇA, 1999).

As cidades, por meio deste processo acelerado de industrialização e urbanização, alcançarão ritmos impressionantes de crescimento populacional, superando o campo no quesito demográfico, em meados da década de 1960, configurando, nesta década, o maior salto migratório, com um deslocamento estimado de 40 milhões de pessoas (RIBEIRO, SILVA, RODRIGUES, 2011).

O terceiro período, de 1950 a 1965, tem início aos planos regionais, preocupados com a migração do campo à cidade, o processo de crescente urbanização, o aumento da área urbana e conseqüentemente pelas conturbações. No urbanismo e no planejamento urbano e regional, constata-se a imbricação do conhecimento e prática, fator que veio se consolidando desde 1940, com a área de atuação e carreiras com perfil definidos e diferenciados (LEME, 1999).

Essa fase é marcada pela influência da doutrina francesa do Movimento Economia e Humanismo, trazidos pelo arquiteto e urbanista francês Bardet e pelo padre dominicano Joseph Le Bret. No âmbito europeu, após a Segunda Guerra, a “ciência europeia” entra em crise, questionando o racionalismo. O centro de arte e cultura se desloca para Nova York, e outros polos se desenvolvem, como Japão e América Latina. O deslocamento para a América do Norte traz algumas novidades para a arquitetura e o urbanismo, tais como a eliminação da “arte” na arquitetura e a

inserção da categoria no circuito de comunicação e consumo em massa. A estética agora só tem fins de aumentar a atração e o consumo. O urbanismo não é mais apenas planos organizados, mais do que nunca ele se confunde com o planejamento econômico e opções políticas elitistas. A cidade está em crise e é preciso repensar seus aglomerados e funções sociais. A cidade funcional que se pretendeu eliminar as hierarquias sociais e de classes não funcionou; agora, as cidades oprimidas pelas construções extensivas levadas pela especulação imobiliária, apresentam congestionamentos sem fim, desordem, largas e disseminadas periferias, e se transformam em ambientes repressivos (ARGAN, 1992).

No contexto brasileiro podemos observar tais influências. A década de 1950 é marcada pela emergência de novos temas e pela introdução de novos métodos, pela inclusão de profissionais de outras disciplinas, fato que não havia ocorrido anteriormente. A temática do regional aparece após o fim da Segunda Grande Guerra, tanto como produto da migração, como destacado, como também pelo fato de surgirem novos perfis de profissionais. É interessante destacar que, com o avanço do campo da arquitetura e urbanismo e da legislação, no Brasil, os saberes vão se tornando restritos, codificados, e decifrados por poucos. Trata-se, neste momento, de uma nova geração de urbanistas, formados pela Escola de Engenharia e ocupam de forma permanente os quadros de urbanismo nas prefeituras. Marca-se a primeira geração de equipe multidisciplinar e visavam desenvolver os planos diretores (LEME, 1999).

O processo de urbanização que se deu a partir dos anos 50 teve forte impacto na distribuição da população no espaço urbano e ampliaram-se os serviços de infraestrutura, como o transporte e a comunicação, fornecendo energia elétrica, por exemplo. Essa fase foi conhecida como “fordismo periférico” que visava impulsionar o consumo a partir de uma industrialização internacional – o processo político de substituição de importação. A “inserção” urbana, visando estimular o consumo, ocorreu de forma muito precária (RIBEIRO, SILVA, RODRIGUES, 2011). Posteriormente, como apontado, entre 60 e 70 houve o maior salto migratório rumo às cidades, que não estavam preparadas para receber tal contingente.

Após o golpe militar de 1964, abandona-se a política de cunho regional que marcara o período passado e busca-se uma política de integração nacional. Ainda

neste contexto, a pobreza começa a despontar como um problema e a demanda por serviços públicos também cresce, o acesso ao solo urbano torna-se um grande problema. Os investimentos na infraestrutura urbana continuam priorizando o automóvel particular e, conseqüentemente, beneficiando às classes médias. O transporte coletivo era pensado apenas para o deslocamento do trabalhador até o seu bairro ou loteamento disperso da cidade (Ibid.).

Portanto, até os anos 70, a distribuição espacial da população no Brasil foi concentrada em espaços urbanos metropolitanos, especialmente na região Sudeste, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro. As periferias urbanas continuavam a crescer e a condição de vida era precária, sobretudo para os mais pobres. Com a década de 1980 e a crise econômica, impossibilitou um planejamento de longo prazo. O Brasil ficou marcado por um conjunto de interesses modernos e arcaicos, patrimonialistas e especulativos, sendo conduzido por alianças conservadoras. Por fim, o contexto dos anos de 1980 foi marcado por um processo de metropolização que apresentou também um caráter de periferização e segregação socioespacial elevado (Ibid.).

A década de 1990 foi marcada por profundas mudanças na economia e no mercado de trabalho, a partir do viés liberalizante. As configurações urbanas do século XIX já refletiam as escolhas políticas da década passada, em favor de espaços econômicos competitivos e seletivos. Configurou-se, ao longo do século XX, uma urbanização impulsionada por uma modernização seletiva e excludente por meio de um conjunto de interesses políticos e econômicos elitizado, segregador e conservador, que buscou a exploração do trabalhador em prol de um “desenvolvimento” econômico, sem levar em consideração o bem-estar social (Ibid.).

Um das grandes questões que se coloca do debate atual é a mobilidade urbana, que no Brasil, segundo Ribeiro, Silva e Rodrigues (2011), se apresenta como uma crise, envolvendo problemas de organização espacial das atividades humanas. No caso brasileiro, a década de 1970 foi marcada pela substituição de transportes coletivos, como o bonde, pelo carro individual. As populações periféricas, que crescem ainda de maneira acelerada, gastam um maior tempo de deslocamento e as condições de mobilidade se deterioram. Simultaneamente, o aumento da posse de automóveis aumenta, instaurando uma crise da mobilidade e do espaço (Ibid.).

Podemos observar, então, que a linha da arquitetura e urbanismo brasileiro passa por três etapas, a primeira, a cidade industrial, voltada para a industrialização e o desenvolvimento econômico; a segunda linha, o desenvolvimento da cidade para o automóvel individual, privilegiando o acesso pela classe média e, por último, a crise da mobilidade urbana, que prejudica a classe trabalhadora e, de modo geral, as sociabilidades coletivas. Essas três fases do urbanismo brasileiro podem ser lidas em um contexto internacional da modernidade, principalmente europeu, salvo as diversas diferenças, entretanto, o fato que alguns países já avançaram na questão da coletividade urbana e mobilidade, enquanto que, no Brasil, parece que estamos longe de um desenvolvimento de transporte de qualidade e reformas nos direitos trabalhistas (LEME, 1999; ARGAN, 1992). Também notamos certa preocupação com sujeitos não humanos, embora isso tenha passado quase que despercebido sob os termos de reformas higienistas. Isto é, houve uma preocupação em se eliminar praças e quadras que remetiam ao passado – afinal, era interessante rumar à modernidade! – bem como combater sujeitos causadores de epidemias. Mesmo olhando para esses sujeitos não humanos – e alguns humanos também –, as práticas adotadas eram benéficas apenas ao grupo classificado enquanto humano. Não queremos dizer com isso que tais medidas não deveriam ser tomadas, mas que, novamente, o olhar se pautou apenas para um dos lados, sem problematizar o outro, enquanto outros sujeitos eram postos à margem. A cidade não era um espaço para estes.

Com a antropologia, agora, veremos uma possibilidade de reagregar o social a fim de se estabelecer uma vivência conjunta dos sujeitos.

Outras possibilidades de interação: o viés antropológico

Os estudos a respeito da cidade, em Antropologia, se consolidaram principalmente com a área de Antropologia Urbana. Foi necessário que se diferenciasse algumas linhas antropológicas, tendo em vista que, majoritariamente, esta área, como um todo, estudava populações tidas como tribais, exóticas e primitivas, isto é, tudo o que era alheio aos europeus – daí a noção de “outro”. Valem-se, neste sentido, os estudos de Malinowski que, de certa forma, reinventou a Antropologia com o método etnográfico, deixando de lado a tradição evolucionista que, pode-se dizer, havia fundado a área.

O interesse em se fazer uma antropologia urbana se deu juntamente com o desenvolvimento da sociologia urbana. O que notamos é uma congruência entre a sociedade e as pesquisas, no sentido em que, outrora as expedições e investigações se voltavam para o “outro” desconhecido, explorando sociedades que não as ocidentais; agora, faz-se necessário conhecer-se a si, voltar o olhar para o “eu” e não mais ao “outro”, o que diz respeito a uma sociedade individualista e, portanto, à noção de metrópole.

Desta forma, é notória essa distinção entre a etnologia e a antropologia urbana, em que a primeira se ocupa dos estudos a respeito das sociedades não ocidentais, especialmente indígenas, enquanto que a segunda se volta, especificamente, à nossa sociedade ocidental, seja pensando em categorias e conceitos de cidade e urbano, seja estudando as relações entretecidas nestes espaços. Assim, a cidade passa a ser também compreendida enquanto um espaço de desenvolvimento e, claro, de modernidade. São todos esses aspectos atrelados à cidade que trataremos agora.

Toda essa discussão acerca de atributos da cidade se faz pertinente, em especial na área de Antropologia, por trazer à tona o paradigma clássico que a sonda, isto é, natureza e cultura. Pode-se dizer que tal paradigma seja decorrente de uma grande distinção ocidental entre corpo e mente que tem origens com Platão, no entanto, é a partir de Lévi-Strauss que iniciamos o debate. Primeiramente, fez-se uma caracterização do humano, entendendo este enquanto mais que um ser biológico, diferentemente dos animais não humanos – que são tidos como apenas biológicos. Além de um sujeito biológico, o humano é também um sujeito cultural (LÉVI-STRAUSS, 1982), o que implica numa série de categorias atribuídas a ele, e que, conseqüentemente, terão seus pares dicotômicos atribuídos aos outros não humanos. Ora, entendendo, então, que o humano é um sujeito da cultura, ele não deve habitar o mesmo espaço que os animais não humanos, afinal, eles se diferenciam em muitos aspectos. Logo, tem-se a cidade enquanto habitat quintessencialmente humano, pois, segundo Fadigas (1993), a cidade se configura mais do que apenas uma paisagem; mas enquanto um ecossistema, tendo em vista que, para além de suas especificidades físicas e geográficas, a cidade também abrange uma rede de relações envolvendo aspectos culturais e identitários.

Para garantir que este espaço se consolidasse como o habitat próprio do humano, algumas medidas tiveram de ser tomadas. Exporemos tais medidas agora para, em seguida, explicar como estas vem a ser um desdobramento do paradigma ocidental entre natureza e cultura, e como a cidade se configurou tal como a conhecemos. Porém, também retomaremos o fato de que ela ainda vem se reconfigurando, especialmente a partir de debates recentes da antropologia que tratam da diversidade de vidas que habitam os espaços.

Para que a cidade fosse entendida como “a coisa humana por excelência”, conforme bem destacado por Lévi-Strauss (1957, p.126), uma das principais medidas adotadas em benefício deste caráter máximo de cultura foi a higienização das cidades, que garantia a limpeza deste espaço e a ausência de sujeitos indesejados.

Antes de prosseguirmos, façamos uma breve consideração sobre a noção de higienização. Para tanto, utilizar-nos-emos de Mary Douglas, com sua obra *Pureza e Perigo*, a qual discute a impureza em seu sentido ocidental. Segundo Douglas (1991), o impuro só o é quando em relação, quando ocupa uma posição supostamente fora da ordem. Essa relação também envolve pares dicotômicos, sobretudo por envolver uma questão religiosa a respeito do sagrado. Neste sentido, percebemos o quanto todas essas categorias se fazem atreladas a fim de, no fundo, estabelecer um ideal do que vem a ser o humano: o sujeito cultural pertencente à ordem. Neste sentido, entendemos mais facilmente a questão de se fazer da cidade – seu habitat – um ambiente limpo e puro, no sentido de se ver ausente de patologias e sujeitos perigosos. E este é o ponto que se faz central aqui.

A partir do diálogo entre áreas poderemos compreender quem são esses sujeitos perigosos que ameaçam, ou põem em risco, tudo o que é relativo à humanidade: sua saúde, sua cidade, seu desenvolvimento, sua exclusividade enquanto sujeito cultural. Com a Antropologia, especificamente, trazemos a questão dos animais não humanos que habitam os espaços urbanos, mas são tidos enquanto indesejados pelos humanos. Utilizar-nos-emos do artigo de Andrea Osório (2013) que traça um histórico das relações entre humanos e animais em contextos urbanos brasileiros desde o século XIX, a fim de ilustrar esse movimento de higienização das cidades. A proposta de se estudar a relação entre humanos e animais nos é interessante aqui por dois motivos, a saber: (1) essas relações partem

do paradigma natureza e cultura que perpassa toda a discussão teórica das cidades; (2) elas possibilitam outros olhares para a cidade, a partir de metodologias antropológicas não clássicas, que pensam para além dos pares duais.

No que diz respeito, então, ao histórico levantado por Osório (Ibid.), o recorte temporal se dá entre os séculos XIX e XX, os quais caracterizam o processo de modernização do Brasil. É em decorrência disso que muitos animais passam a ser perseguidos nos espaços urbanos – tema o qual a sociologia e a arquitetura e urbanismo não se referem explicitamente. A primeira mudança no cenário citadino se deu com a substituição de animais de tração por veículos automotores. Naquela época, era aceitável que animais que possuíam alguma utilidade – isto é, enquanto consumo alimentar ou representação de trabalho –, transitassem pelas cidades⁸. Portanto, era comum a presença de gados em meio à cidade. Contudo, com a modernização das mesmas, estes animais funcionais foram substituídos por veículos que representavam a máxima da modernidade, da cultura, do humano em oposição ao animal. Nesse sentido, já percebemos que a substituição destes animais implicava uma série de concepções, como a autora coloca utilizando-se também de Aprobato Filho (2006) e Foucault (1997):

O combate a tais animais na cidade de São Paulo é detalhadamente analisado pelo autor: legislações subsequentes proíbem a circulação em determinados pontos do município e ruas batizadas em função de seu fluxo (“do gado”, “das boiadas”) são renomeadas. Nestes procedimentos, Aprobato Filho (2006) percebe *um movimento de ocultação dos animais e de rompimento com as raízes rurais coloniais*. Estes aparecem como um Outro (certamente não o único) da modernidade paulistana, e possivelmente brasileira, especialmente como um Outro da República, uma vez que associados ao passado colonial. [...] Da mesma forma que o suplício humano passa a ser evitado, o suplício animal é progressivamente controlado. *Disciplinar os animais se torna tão importante quanto disciplinar os humanos*. (OSÓRIO, 2013:02-03 – grifo nosso).

Além dos animais de tração, os cães também foram alvo desta perseguição, a qual fora muito mais dura para estes, por se tratarem de animais sem utilidade – diferentemente dos gados que serviam a trabalho. Essa perseguição aos cães foi muito notória com a presença da tão afamada carrocinha que circulava pelas ruas da cidade em busca destes cães vagabundos. Para evitar que fossem pegos pela carrocinha, seus donos deveriam possuir uma licença de sua posse. No entanto, essa licença funcionava mais como um instrumento elitista, tendo em vista seu alto

⁸ A autora expõe uma série de políticas voltadas aos animais, sobretudo no que dizia respeito a jornada de trabalho e cuidados com os mesmos.

custo, sobretudo para a licença de cães fêmea. Outro fator que elevava esse caráter elitista era que, além da licença, só era permitida a circulação de cães de raça e mansos nas ruas. Aqui é evidente a noção foucaultiana, remetida por Osório, acerca de se disciplinar humanos e animais, uma vez que nem todos os sujeitos têm os mesmos direitos à cidade.

Ainda segundo Osório, essa questão já era recorrente em contextos ingleses no início do século XIX em que, aos poucos, os animais presentes nas zonas urbanas tiveram de ser retirados tornando-se, então, marginais. Em benefício da cidade, o campo passou a ser o grande palco dos abates de animais. Como esta se tratava de uma prática mal vista, era preciso que a escondesse dos olhos citadinos.

Mas se outrora a tensão se dava entre cidade e campo, atualmente podemos dizer que essa tensão se dá dentro dos limites da própria cidade. A cidade, na realidade, passa a se apresentar agora como um ambiente ambíguo, uma vez que agentes outros, que não os humanos, passam a entrar em disputa pelo espaço. Mas esse espaço é, sobretudo, os chamados espaços verdes – praças e parques. Estes podem ser entendidos, conforme sugerido por Osório (Ibid.), como simulacros de natureza, ou seja, zonas de mútuo convívio entre humanos e não humanos, entre aqueles que detêm o direito à cidade e aqueles que lhe são indesejados. Essas áreas verdes parecem funcionar como um forte, ou local de refúgio para esses sujeitos. Isso é o que sugere Osório ao apontar que muitos animais são abandonados em praças e parques porque estes espaços, de certa forma, denotam um tipo de proteção aos animais.

A respeito das áreas verdes sugerirem uma ambiguidade da cidade, é interessante retornarmos a Lévi-Strauss (1957, p.125) ao apontar, em seus *Tristes Trópicos*, para uma “confluência entre o natural e o artificial nas cidades”. Essa confluência de que fala Lévi-Strauss evidencia, ainda mais, esse caráter ambíguo das cidades. Portanto, passamos a perceber um rompimento preliminar do pensamento dicotômico em relação à cidade.

Na Antropologia, esse rompimento das fronteiras entre natureza e cultura é pensado, sobretudo, a partir do que Eduardo Kohn (2007) chamou de antropologia da vida. Essa maneira de se fazer antropologia, nada mais é do que uma visão do mundo enquanto mais que humano, isto é, levando-se em conta todas as formas de vida, para além da humana. Essa linha dialoga com alguns conceitos, como o de

living with de Donna Haraway (2008), *entanglement* e *co-option* de Tim Ingold (2000) e a ANT de Bruno Latour (2012). Ambos sugerem uma convivência mútua entre humanos e não humanos e, a partir dessas convivências e interações, a produção de saberes mais que humanos, que prezam por perspectivas outras que não apenas a humana. No contexto urbano, tais conceitos valem-se para se pensar na construção das cidades por meio de um emaranhado de relações entre diversos agentes – humanos e não humanos – a fim de cooptarem construções e espaços para sua habitação.

Ora, se o nosso ponto de partida aqui foi demonstrar como, sobretudo a sociologia, a arquitetura e urbanismo, e a antropologia pensaram a cidade, e vimos que este sempre foi um espaço predominantemente de segregação, com a antropologia da vida e a ANT é possível reforçar o que uma linha antropológica já vem se preocupando em fazer, que é repensar as interações entre humanos e não humanos e, conseqüentemente, os espaços por estes habitados. O diálogo entre áreas é, então, fundamental, pois notamos que, embora Latour dialogue diretamente com sociólogos e toda uma tradição sociológica, é na Antropologia que o campo das interações entre humanos e não humanos se consolidará.

Considerações finais

A partir destes levantamentos entre as áreas, fazemos alguns apontamentos. O diálogo entre as áreas é nítido, não apenas por se tratar de um objeto em comum que é a cidade, mas porque ambas se voltam o olhar, sobretudo, para o período de modernização das cidades, o qual, conforme vimos, foi notoriamente de segregação. Essa segregação se voltou não apenas aos não humanos, como bem nos mostra Osório, mas a outros humanos que se distinguiam principalmente por aspectos socioeconômicos. Isso é explanado ao longo de todo o constructo que aqui desenvolvemos, ao demonstrar, principalmente no campo da sociologia, como muitos sujeitos se contrapunham dentro do espaço urbano. Também é explorado explicitamente por Nádia Farage (2011) em seu artigo “*De ratos e outros homens*”, o qual o próprio título já sugere uma equivalência entre os ratos odiosos e ameaçadores, e estes outros homens. É válido lembrarmos que esta segregação não foi exclusiva no Brasil, mas também na Europa, em seu período correspondente de modernização, como, por exemplo, a reforma de Paris.

Além deste aspecto com relação à época de modernização brasileira, outro ponto em comum entre as áreas é a ótica dualista ao se tratar da cidade. Mesmo trabalhando com pares duais distintos, vemos claramente que todos eles tratam e remetem à segregação imposta, de que tratamos previamente. Essas dicotomias distinguem os estudos relativos à cidade e ao rural, ao centro e à periferia, à cultura e à natureza. Isto é, ambas classificam e segregam espaços de desenvolvimento, de modernidade, de cultura, em contraposição aos espaços e sujeitos que remetem ao passado, ao atraso.

Nesse sentido, temos ainda uma nova proposta com a antropologia. Uma linha teórica que se propõe a não mais classificar, nem olhar para o mundo, de maneira dualista colocando o humano acima de todos os outros sujeitos – e aqui é válido nos lembrarmos que se trata de um humano específico, fazendo referência ao ideal de homem moderno. Esta nova proposta abre possibilidades para tipos diversos de convivência nos espaços urbanos, e mais, para tipos diversos de direitos, ocupação e habitação destes espaços, que agora podem ser entendidos a partir de uma vastidão de possibilidades, e não apenas de forma dualista e segregativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992.
- BECKER, H. Conferência: A Escola de Chicago. IN: **Mana**, Rio de Janeiro, vol.2, nº2, p. 177-188, Out. 1996.
- CABANES, R.; et al. (Org.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. Tradução de F. Ferrone; C. S. Rizek. São Paulo: Boitempo, 2011.
- CARDOSO, S. L .M. Direito Urbanístico. In: **Revista jurídica Cesumar**, v.3, n.1, 2003. P127-142
- COULON, A. **A Escola de Chicago**. Campinas/SP: Papyrus, 1995.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985
- FADIGAS, Leonel de Sousa. A natureza na cidade: uma perspectiva para a sua integração no tecido urbano. 1993. Tese (Doutorado em Planejamento Urbanístico). Universidade Técnica de Lisboa.
- FARAGE, Nádia. “De ratos e outros homens: resistência biopolítica no Brasil moderno”. In: LÉPINE, C; HOFBAUER, A; SCHWARCZ, L. M. (Org.) **Manuela Carneiro da Cunha: o lugar da cultura e o papel da Antropologia**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2011.

- GONÇALVES, M. F. Processo de urbanização no Brasil: delimitação de campo de pesquisa. **Espaço e Debate**, n.28, 1989, p. 67-79.
- HARAWAY, Donna. **When species meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- INGOLD, Tim. **The perception of the environment**. London: Routledge, 2000.
- KOHN, Eduardo. How dogs dream: Amazonian natures and the politics of transspecies engagement. **American Ethnologist**, v. 34, n. 1, p. 3–24, 2007.
- KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LATOURE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.
- LEME, Maria Cistina da Silva. **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**, Studio Nobel, FAUUSP; FUPAM, São Paulo, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Anhembi, 1957.
- _____. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MEIA, A. **A sociologia da cidade**. Lisboa: Editora Estampa, 1999.
- OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- OSÓRIO, Andréa. A cidade e os animais: expulsão, proteção e novas sensibilidades urbanas entre os séculos XIX e XXI. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 21.1, jan./jun., 2013.
- PERLMAN, J. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.
- RIBEIRO, L. C. Q.; SILVA, E. T.; RODRIGUES, M. R. As metrópoles brasileiras: entre a concentração e a dispersão. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n120, p 177-207, jan./jun. 2011.
- ROSA, T. T. **Cidades outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014.
- _____. Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. **Encontro Anual da ANPOCS**, 33, Caxambu, 2009. A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto. Caxambu, 2009.
- SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais. **Ver. Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.9, jan./abr, 2003, p. 91-99.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, Oct. 2005.
- TELLES, V. S.; CABANES, R. Introdução. In: TELLES, V.S.; CABANES, R. (Orgs.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Estudos Urbanos, 2006.
- _____. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2010.
- TORRES, H. G; et. al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos avançados**, n. 17 (47), p. 97-128, 2003.
- VALLADARES, L. P. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **RBCS** Vol. 15 n. 44, 2000.
- VILLAÇA, F. **O espaço intra-urbano no Brasil** São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Intitute of Land Police, 1998.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena”. In: **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.